

PBH multa mineradora por ignorar interdição

SERRA DO CURRAL NO FOCO

Instalada em área que abrange cartão-postal da capital mineira, Gute Sicht terá que pagar R\$ 25 mil por desrespeitar interdição imposta pela administração municipal

PBH multa mineradora

Rocery Dias
A mineradora Gute Sicht, que explora a Mina Boa Vista em área da Serra do Curral, foi multada na tarde de ontem em R\$ 25 mil por desrespeitar a interdição determinada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Na quarta-feira o município havia suspenso as atividades da companhia por falta de licença ambiental para trabalhos no limite da capital. A empresa também exerce as atividades em Sabará, na região metropolitana.

Segundo o comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Rodrigo Prates, os trabalhos realizados pela Gute Sicht em BH eram ilegais. "Temos uma área degradada e de proteção ambiental e parte da cava da empresa que explora pertence a Belo Horizonte. Essa exploração é ilegal e existe um procedimento fiscal de interdição. Também foi aplicada multa", afirmou o comandante.

Além da Guarda Municipal, agentes da Polícia Civil e da Secretaria de Fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte compareceram à mineradora. No momento da chegada, prestadores de serviço estavam instalando um portão para evitar o acesso de terceiros. Pouco antes da visita dos agentes foi possível ver vários caminhões com minério de ferro circulando pela área. Inicialmente, representantes da Gute Sicht não queriam liberar a entrada da Guarda Municipal, mas foram convencidos a ceder a visitação no local.

Prates disse que a PBH tentou demarcar o limite entre BH e Sabará, mas a empresa se recusou. Por ser uma área de propriedade privada, o município não teve como intervir. "A demarcação não é visível. Por mecanismos aéreos, é mais fácil de ter essa percepção. O município tem essa vocação de preservar o que importa para a sociedade. É uma atividade de natureza fiscal, inclusive com a presença da Polícia Civil. Embora seja difícil elevarmos essas medidas definitivas, continuaremos a perseguir isso".

Ele disse também que a multa aplicada ontem não se refere à exploração de minério no território da capital: "O território de Belo Horizonte já está degradado. O ideal é que a mineradora não permaneça com essa atividade nele. A interdição da empresa não foi cumprida. Não percebemos um flagrante de exploração de minério em Belo Horizonte, senão a conduta seria outra".

A Gute Sicht e o governo mineiro assinaram, em 2021, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). De acordo com a PBH, esse é o único documento responsável por embasar a atividade exploratória. A fim de barrar as escavações na Mina

Movimento na área da Mina Boa Vista, pertencente à Gute Sicht, que fica entre Belo Horizonte e Sabará; segundo a Guarda Municipal, empresa impediu a demarcação do limite entre as cidades



FOTOS: HUBERT RODRIGUES/EM/DIA PRESS

Boa Vista, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) acionou a Justiça pedindo a paralisação da exploração no espaço. A petição também solicita a suspensão do TAC, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão, e a condenação da Gute Sicht e do estado de Minas Gerais a pagamento de R\$ 20 milhões em danos morais coletivos aos cidadãos de Belo Horizonte.

A parte da mina situada em Belo Horizonte compõe o perímetro tombado da Serra do Curral. "O perigo de dano está caracterizado pela continuidade dos danos ambientais causados pela atividade minerária indevidamente licenciada em perímetro de tombamento, colocando em risco frequente e contínuo a paisagem do patrimônio cultural da Serra do Curral", lê-se em trecho da ação judicial da Procuradoria de BH. O documento é assinado por Caio Perona, subprocurador-geral do Contencioso. É preciso interromper imediatamente a conduta ilícita destruidora da Serra Curral, mormente no perímetro especial de tombamento, cujos danos têm sido corriqueiramente naturalizados em detrimento dos lucrativos empreendimentos minerários", aponta outro fragmento da ação da PBH.

A área é vizinha ao espaço que a Taquaril Miteração S.A (Tamisa) pretende minar, num polêmico projeto levado à Justiça em várias ações, entre elas uma da administração municipal de Belo Horizonte. A Tamisa já obteve liberação do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) para explorar a área. No início de maio, o Estado de Minas mostrou que uma das cavas da Gute Sicht está a 350 metros de uma das áreas que a Tamisa quer escavar na parte nova-limense da Serra do Curral.

A Gute Sicht foi procurada para se posicionar a respeito da operação da Prefeitura de BH, mas não havia respondido a solicitação de entrevista até o fechamento desta edição.



Fiscais da prefeitura, guardas municipais e policiais civis que participaram da operação chegaram ao local no momento em que um portão era instalado para evitar o acesso de terceiros



“O território de Belo Horizonte já está degradado. O ideal é que a mineradora não permaneça com essa atividade nele”

Rodrigo Prates, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte

Ação para suspender projeto da Tamisa vai para a Justiça estadual

BERNARDO ESTILAC

A ação ajuizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) contra a implantação de novo projeto minerário na Serra do Curral na Justiça Federal será deslocada para o âmbito estadual. A decisão foi tomada no fim da tarde de ontem e acolhe argumentos apresentados em contestação enviada pelo governo de Minas e pela Taquaril Miteração S.A. (Tamisa). O Juiz Carlos Roberto de Carvalho, da 22ª Vara Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, julgou procedentes as alegações de que a Justiça Federal não tem competência para julgar o caso e determinou que ele seja remetido para a instância estadual. Procurada pelo reportagem, a PBH disse que não se manifestará sobre o caso.

Em contestação à ação da PBH o governo de Minas e a Tamisa argumentaram que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi incluído no caso sem justificativa e que a participação do órgão por si só não confere interesse da União no caso. Além disso, na contestação, a Tamisa afirmou que a prefeitura busca, em instância federal, anular um procedimento feito por órgão competente do estado sem determinar quais são as irregularidades no processo de licenciamento ambiental.

A análise do pedido de suspensão da licença ambiental concedida à Tamisa agora ficará a cargo da 5ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, onde quatro outros processos relativos à instalação da empresa na Serra do Curral já tramitam.

AÇÃO Ajuizada em 3 de maio pela Procuradoria-Geral do Município, a ação movida por BH pretende suspender a licença dada pelo governo do estado ao empreendimento e tem como requeridos o governo do estado, a Tamisa e o Iphan – a visitada da serra em BH é tombada pelo órgão, assim como pelo patrimônio da capital. Em 31 páginas, a Procuradoria-Geral do Município cita possíveis impactos da atividade sobre a população na capital, incluindo riscos à qualidade do ar e ao abastecimento de água.

Além do medo de prejuízos à água e ao ar que chegam à cidade, há temor por descaracterização da Comarca de Belo Horizonte, onde quatro outros processos relativos à instalação da empresa na Serra do Curral já tramitam.

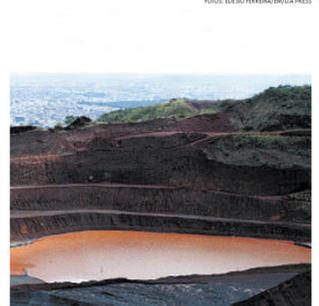
treque ao Judiciário, a prefeitura aponta a possibilidade de erosões na formação rochosa. Alega ainda não ter tido voz durante a análise conduzida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

O desejo da Tamisa é minar uma área equivalente a 1,2 mil campos de futebol. O objetivo é a exploração da região da Fazenda Ana da Cruz, no limite entre Nova Lima e a capital. O terreno está próximo ao Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da serra. O processo tem duas etapas: na primeira, espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de 13 anos. Já a segunda fase consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de itaibrito frívelrico com dois anos de implantação e nove de operação.



VISITA TÉCNICA EXPÕE "FERIDAS" NO MACIÇO

Em visita técnica realizada pela Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ontem, deputados puderam entender de forma mais clara os efeitos que o empreendimento da Tamisa pode ter na região. Guiados pelo presidente da Fundação Municipal de Parques e Zoológica de Belo Horizonte, Sérgio Augusto Domingues (foto E), os parlamentares observaram que o novo empreendimento vai prolongar uma área já devastada pela mineração (foto D). "O local onde a Tamisa pretende minar é hoje o único corredor ecológico do Parque Municipal das Mangabeiras", explicou Domingues. O professor de medicina da UFMG e fundador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, mostrou também como a área, que conforma um vale, é importante para a segurança hídrica de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Ao longo do trajeto percorrido, os parlamentares viram, ainda, grandes barrancos que se descolaram da serra e que demonstram como o tipo de solo da região é vulnerável à erosão. Autora do requerimento que deu origem à visita, a deputada Beatriz Cerqueira (PT) chamou de "impactante" o trajeto percorrido. Na outra ponta da polêmica, o deputado Bartô (PL) disse que a exploração minerária é hoje essencial para a humanidade e que é preciso debater mais a questão.



FOTOS: EDSO FERREIRA/EM/DIA PRESS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 8